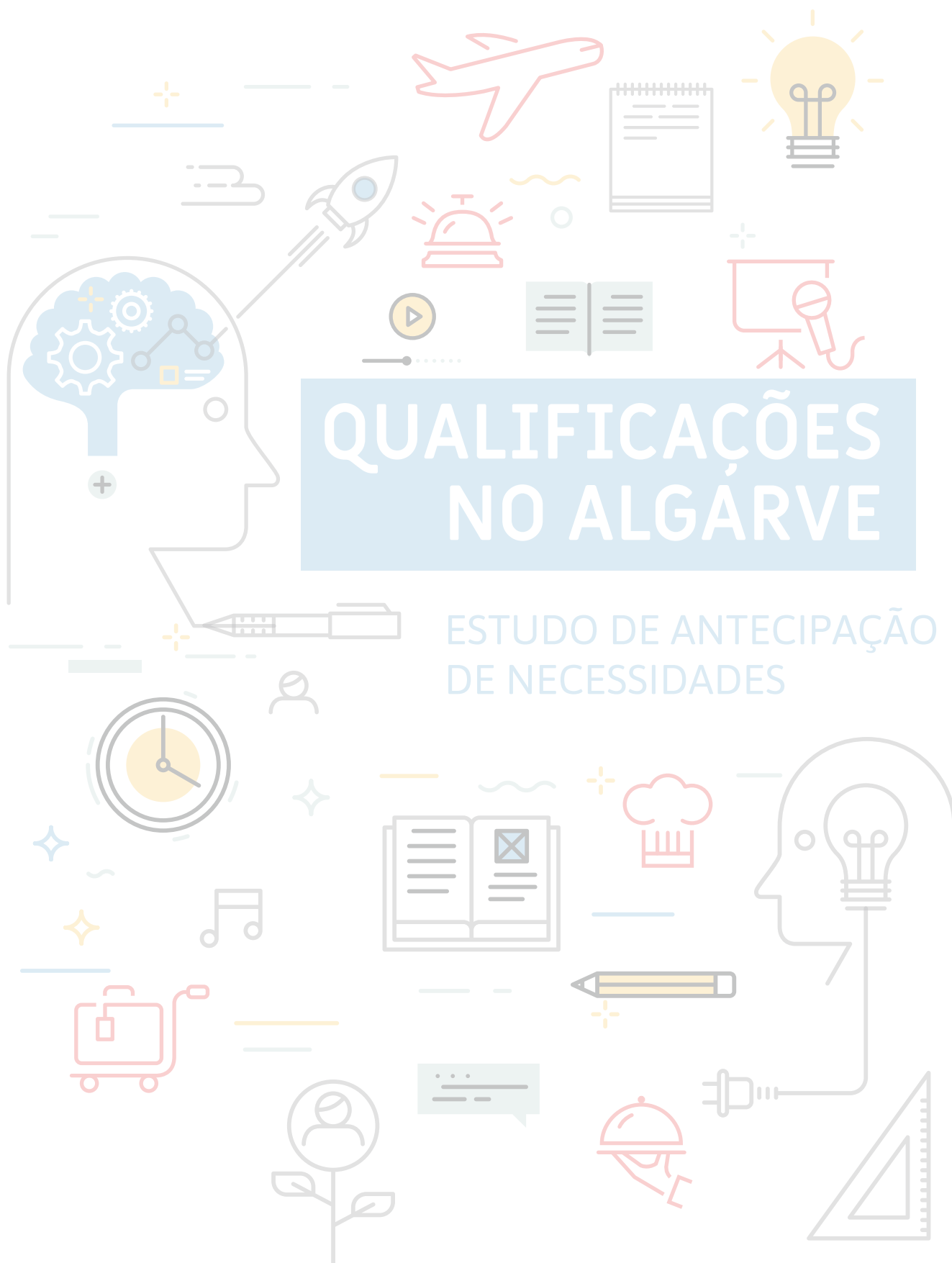


QUALIFICAÇÕES NO ALGÁRVE

ESTUDO DE ANTECIPAÇÃO
DE NECESSIDADES

RESULTADOS, CONCLUSÕES E
PROPOSTAS DE AÇÃO



QUALIFICAÇÕES NO ALGÁRVE

ESTUDO DE ANTECIPAÇÃO
DE NECESSIDADES

Ficha Técnica

EDIÇÃO: **AMAL COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALGARVE**

CONCEPÇÃO E REALIZAÇÃO: **QUATERNAIRE PORTUGAL, CONSULTORIA PARA O DESENVOLVIMENTO S.A. (QP. SA)**, COM A COLABORAÇÃO DA **UNIVERSIDADE DO ALGARVE**

DATA: **MAIO 2018**

COORDENAÇÃO: **AMAL COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALGARVE**

ÍNDICE

I. ENQUADRAMENTO, OBJETIVOS E ROTEIRO METODOLÓGICO	7
I.1. Objetivos	8
I.2. Roteiro metodológico.....	8
II. MODELO DE ACOMPANHAMENTO	10
III. RESULTADOS E CONCLUSÕES GERAIS:	
MÓDULO REGIONAL	11
III.1. Demografia	11
III.2. Atividade económica, emprego e desemprego	11
III.3. Educação e formação	13
III.4. Dinâmica das qualificações intermédias.....	15
III.5. A relevância das qualificações intermédias.....	19
III.6. Uma perspetiva de síntese da abordagem qualitativa: a visão dos atores e as condições de contexto	21
IV. CONCLUSÕES DO MÓDULO SETORIAL:	
TURISMO, HOTELARIA E RESTAURAÇÃO	24
IV.1. Dinâmica do emprego.....	24
IV.2. Dinâmica da oferta formativa	24
IV.3. Capacidade instalada das escolas	25
V. QUALIDADE, CONSISTÊNCIA E COERÊNCIA DA REDE DE ENSINO PROFISSIONAL NO ALGARVE:	
DESAFIOS E PROPOSTAS	28
V.1. Desafios e propostas gerais.....	28
V.2. Desafios e propostas na Turismo, Hotelaria e Restauração	29



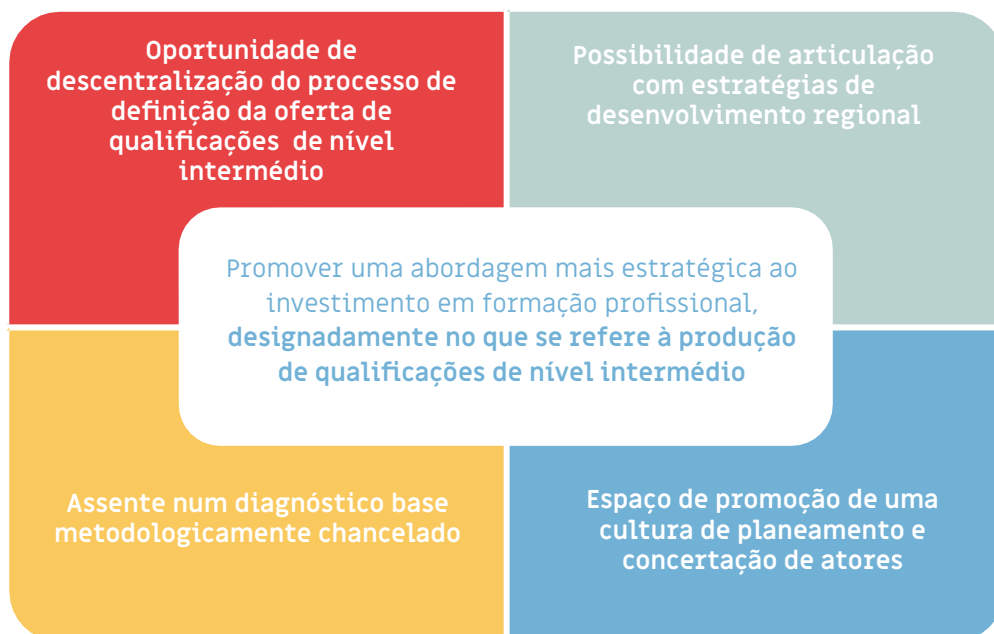
I. ENQUADRAMENTO, OBJETIVOS E ROTEIRO METODOLÓGICO

O **Estudo de Antecipação de Necessidades de Qualificações Intermédias para a região do Algarve enquadra-se num protocolo celebrado entre a Comunidade Intermunicipal do Algarve (AMAL)** e a Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP, I.P.) e articula-se com o desenvolvimento do **Sistema Nacional de Antecipação de Necessidades de Qualificações (SANQ)**, da responsabilidade daquela Agência. O âmbito territorial deste estudo, promovido pela AMAL e cuja execução esteve a cargo da Quaternaire Portugal, S.A., foi a re-

gião do Algarve, composta pelos 16 municípios que a integram.

Promover uma **abordagem mais estratégica ao investimento em formação profissional** e reforçar a qualidade do ensino profissional são duas grandes finalidades daquele Sistema. O módulo regional deste estudo – também designado por Aprofundamento Regional do SANQ - é operacionalizado ao nível das NUT III no quadro de uma metodologia que privilegia a participação e o compromisso do sistema de atores e a articulação com as estratégias de desenvolvimento regional.

Enquadramento do módulo regional do Sistema de Antecipação de Necessidades de Qualificações Intermédias (SANQ)



Este Estudo realizado entre Setembro de 2017 e Abril de 2018 configurou-se como uma ferramenta de diagnóstico, de planeamento e de concertação das necessidades, e dos desafios, de produção e de desenvolvimento de qualificações intermédias nesta região.

Para além da abordagem regional à oferta, às ne-

cessidades e à procura de qualificações intermédias do nível 4 do Quadro Nacional de Qualificações, o Estudo contemplou um **Módulo de Aprofundamento Setorial centrado na fileira da Turismo, Hotelaria e Restauração** cujo objetivo foi a identificação, mais detalhada, das necessidades, da procura e das condições de produção e de desenvolvimento das qualificações intermédias associadas àquela fileira de ativi-



dade, nomeadamente as qualificações enquadradas nas Áreas de Educação e Formação 811 e 812.

Este documento sintetiza os aspetos centrais do Estudo realizado, nomeadamente os seus principais resultados e conclusões e algumas recomendações

e propostas de ação com vista à valorização da rede de ensino profissional no Algarve.

I.1. OBJETIVOS

Os principais objetivos do Estudo foram os seguintes:

Produzir, partilhar e disponibilizar informação e conhecimento sobre a oferta, necessidades e procura de qualificações intermédias na região do Algarve.

Promover um planeamento mais integrado e coerente da rede de cursos de dupla certificação, nomeadamente da rede de cursos profissionais, e apoiar a concertação.

Identificar variáveis de contexto que enquadram, potenciam ou condicionam a relevância e a qualidade das ofertas de qualificações intermédias.

Favorecer a participação dos diferentes atores no planeamento da oferta formativa, reforçando a coerência das ofertas e a qualidade dos processos de planeamento descentralizados.

Promover a capacitação do sistema regional de atores no planeamento e gestão de ofertas de educação-formação

Módulo de Aprofundamento Setorial

Promover o planeamento e apoiar a concertação da rede de ofertas de dupla certificação (diferentes promotores), num quadro de inventariação de recursos e condições de oferta e de proposta de critérios de qualidade, articulados com o sistema de garantia de qualidade alinhado com o Quadro EQAVET.

I.2. ROTEIRO METODOLÓGICO

O roteiro metodológico deste Estudo é fortemente devedor da metodologia dos estudos SANQ desenvolvida pela ANQEP, I.P. Esta metodologia encontra-se definida, tendo conhecido desenvolvimentos recentes que o Estudo incorporou.

Destacam-se **três planos essenciais de análise**, que constituem eixos estruturantes do Estudo:

Um plano de **análise retrospectiva** suportada na recolha e análise de informação estatística e documental sobre mercado de trabalho nos últimos anos 4 anos e, também, na análise da oferta formativa de dupla certificação. As principais fontes de informação utilizadas foram: **INE, Pordata, CEDEFOP, GEP/ MTSS (quadros de pessoal); ANQEP, DGESTE, IEF, Turismo de Portugal**. Este plano de análise permitiu traçar a evolução recente do emprego nas qualificações objeto do estudo, sinalizando dinâmicas e comportamentos de procura, e identificar o comportamento da oferta

formativa, nomeadamente aspetos associados ao comportamento recente da rede instalada no Algarve, no que respeita à sua coerência e relevância.

Um plano de **análise prospetiva** centrada na identificação das necessidades de qualificações e nas tendências de procura de qualificações por parte dos empregadores, num horizonte de 2 anos, suportada, fundamentalmente, nos resultados de estudos CEDEFOP, na aplicação de um inquérito aos empregadores (101 respostas num total de 2062 inquéritos enviados), na análise de plataformas de emprego *online* (1549 anúncios de empregos em 3 plataformas, em dois períodos de tempo) e na recolha de informação e reflexão junto de atores regionais diversos.

Um plano de **análise qualitativa**, que se articulou e alimentou a análise retrospectiva e prospetiva, suportado no desenvolvimento de sessões de trabalho com entidades educativas e formativas, empregadores, associações, peritos, municípios e dinamizadores de políticas e projetos com impacto nas qualificações.



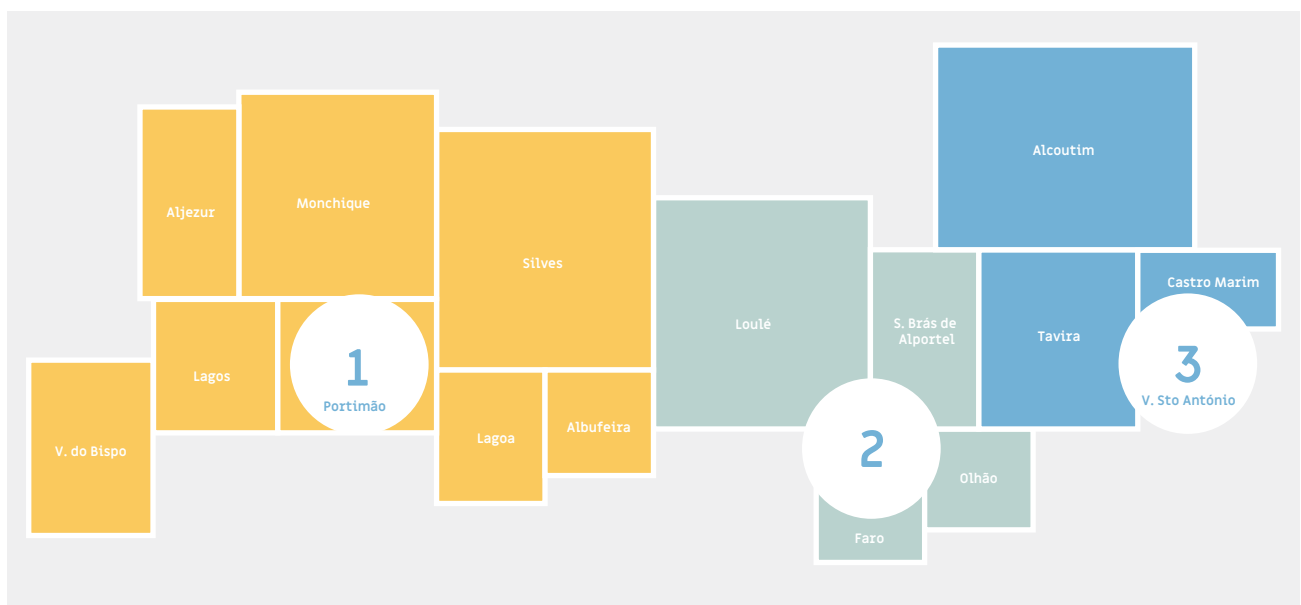
Para a fileira da **Turismo, Hotelaria e Restauração** – fileira objeto do módulo de aprofundamento - integraram-se as seguintes fontes de informação e elementos adicionais:

Entrevistas com peritos;

Inquirição por questionário a entidades formadoras para inventariação e caracterização dos recursos materiais e humanos e avaliação da capacidade instalada;

Três estudos de caso, em três territórios, que incluíram sessões com escolas, empregadores, alunos e famílias e que tiveram por objetivo a recolha de informação sobre os seguintes principais aspetos: oferta formativa, capacidade instalada e práticas pedagógicas; práticas de atuação em rede; práticas de orientação escolar e profissional e apoio à inserção na vida ativa; práticas de acompanhamento e monitorização dos estágios; motivações prévias e aspirações à entrada e saída dos cursos profissionais; políticas de recrutamento de estagiários.

Estudos de caso realizados no âmbito do Módulo Setorial Turismo, Hotelaria e Restauração



No conjunto das sessões de trabalho realizadas (entrevistas coletivas, entrevistas individuais, sessões com Grupo de Acompanhamento e Comité de Pilotagem, sessões com escolas e municípios, *workshops*, estudos de caso) participaram um total de **196 pessoas/entidades públicas, privadas e associativas** tendo sido possível obter os seguintes principais resultados:

Informação complementar, à obtida pelas vias estatística e documental, sobre necessidades e procura de competências, formação e qualificações intermédias na região do Algarve;

Validação e ou aprofundamento do significado da análise suportada em informação estatística;

Informação sobre dinâmicas e necessidades de técni-

cos intermédios, de forma mais detalhada e contextualizada (território e setores);

Identificação de condições (políticas, institucionais, operacionais, sociais) e recursos associados à qualidade da oferta e da produção de qualificações intermédias;

Informação sobre motivações e representações associadas às escolhas e frequência do ensino profissional;

Identificação de dimensões chave de atuação no quadro de uma estratégia de aumento da qualidade e do valor acrescentado das ofertas educativas e formativas, quer na perspetiva do desenvolvimento das competências e dos empregos, quer na perspetiva do desenvolvimento dos percursos de formação e dos percursos profissionais.



Entidades envolvidas em sessões de trabalho no âmbito do Estudo	Nº
Municípios (a)	14
Escolas (públicas, privadas e Turismo de Portugal)	23
Outras entidades formadoras públicas e privadas	4
Empregadores (b)	29
Associações setoriais e/ ou regionais/ locais	8
Turismo de Portugal	1
IEFP	1
Dgeste - delegação do Algarve	1
ANQEP	1
Universidade do Algarve	1
Centro Regional para Inovação do Algarve- CRIA	1
Alunos (a frequentar cursos nível 4 e nível 5) - (c)	64
Encarregados de Educação - (c)	25
Coordenadores de cursos profissionais, diretores e professores - (c)	23

(a) não foi possível reunir com dois dos municípios do Algarve do período de elaboração do Estudo

(b) dos quais 27 da fileira Hotelaria, Restauração e Turismo

(c) sessões realizadas apenas no âmbito do módulo setorial

II. MODELO DE ACOMPANHAMENTO

O **modelo de acompanhamento do Estudo** assentou em dois pilares centrais: (i) consagração de momentos periódicos de regulação do processo com a participação de entidades que tutelam o ensino profissional; (ii) discussão de resultados intermédios e recolha de contributos para o aprofundamento de dimensões de análise, com a participação de municípios, escolas, IEFP, Turismo de Portugal, Universidade do Algarve, entidades da tutela do ensino profissional. Neste âmbito foram criados 3 principais espaços de acompanhamento:

AMAL – interlocução permanente e reuniões periódicas entre a AMAL e a equipa técnica para antecipação e/ ou resolução de questões relacionadas com o processo e os resultados do Estudo;

Comité de Pilotagem, que funcionou junto da AMAL e integrou, para além da equipa técnica do Estudo, representantes das seguintes entidades: ANQEP; I.P., DGESTE/ Delegação regional do Algarve; IEFP/ Delegação Regional do Algarve; Turismo de Portugal; Univer-

sidade do Algarve. O Comité de Pilotagem funcionou como um espaço de suporte à resolução de problemas de percurso, à eficácia e coerência da tomada de decisão e, também, como fórum de acompanhamento técnico nomeadamente, validação da metodologia, apoio na seleção de interlocutores privilegiados e na seleção dos casos, recolha de contributos para os diagnósticos e recomendações, validação intermédia e final dos produtos. O Comité de Pilotagem realizou quatro sessões de trabalho durante o período do Estudo e revelou-se um importante fórum de reflexão e aprendizagem;

Grupo de Acompanhamento constituído pela AMAL, pela equipa técnica do Estudo e pelos representantes dos 16 municípios, das 23 escolas públicas e privadas, das escolas do Turismo de Portugal e do IEFP, para além das entidades do Comité de Pilotagem. Com este Grupo de Acompanhamento foram realizadas 4 sessões de trabalho dedicadas à apresentação de resultados intermédios e finais do Estudo, tendo sido organizados, adicionalmente, momentos de trabalho específicos apenas com as escolas.



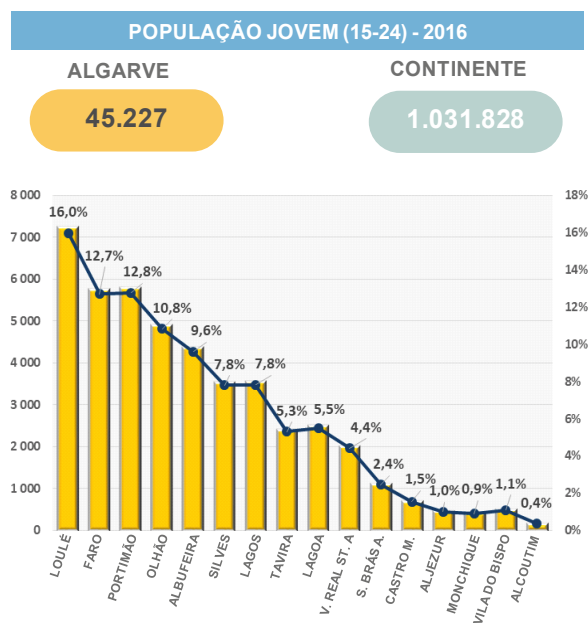
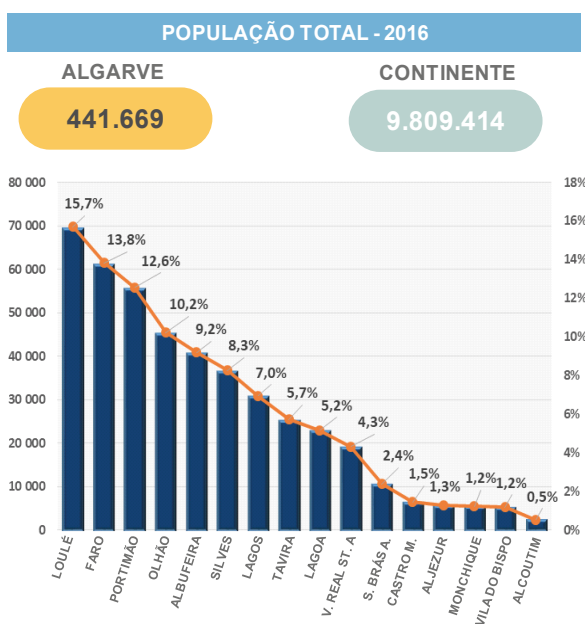
III. RESULTADOS E CONCLUSÕES GERAIS: MÓDULO REGIONAL

III.1. DEMOGRAFIA

Com **441.669 residentes em 2016** (INE), que representavam 4,5% da população residente no Continente, a região do Algarve revelou entre 2001 e 2016 uma capacidade de atração demográfica (evolução da população residente e saldo natural) significativa no contexto nacional. O crescimento da população residente no período considerado foi de 10% e, em 2016 (INE), a proporção de população estrangeira com estatuto legal de residente era de 14,3% no Algarve, sendo de 3,9% no conjunto do território continental. Esta situação, traduzida nos dados analisados e reportada aos primeiros dezasseis anos desta década, convive com a manifesta

escassez de mão-de-obra e com as dificuldades à fixação de população jovem qualificada no Algarve.

O peso da população jovem (15 e 24 anos) no total de residentes situava-se em 10% (INE, 2016) no conjunto da região do Algarve, assumindo expressões concelhias que variavam entre os 7,6% em Monchique e os 11,5% em Lagos. A **população jovem residente no Algarve** decresceu entre 2001 e 2016 (-11,8%), de forma menos acentuada que no Continente mas generalizada aos seus concelhos, com a única e clara exceção de Lagos (crescimento de 16%); o decréscimo foi particularmente acentuado em Alcoutim, Monchique e Faro.



Fonte: INE - Estimativas Anuais da População Residente; PORDATA

III.2. ATIVIDADE ECONÓMICA, EMPREGO E DESEMPREGO

O contributo da região do Algarve para a produção nacional (4,6%) era, em 2015 (INE, Contas Regionais), relativamente superior ao seu contributo para o emprego nacional (4,4%) e demográfico (4,5%).

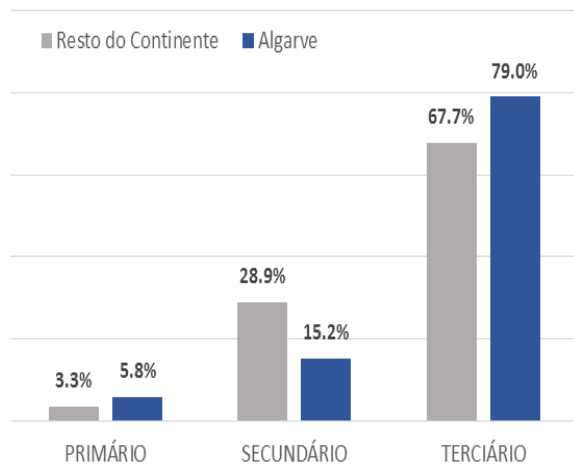
Verificou-se, entre 2000 e 2015 (INE, Contas Regionais)

o **acentuar na especialização setorial da economia regional no setor terciário** e, nomeadamente, nos setores do turismo, alojamento e restauração e imobiliário, sendo a taxa de emprego industrial comparativamente reduzida no contexto nacional. Esta situação coloca à região e ao seu sistema de atores, desafios significativos do ponto de vista da qualidade dos empregos, da diversificação de produtos e serviços e/ou da afirmação da qualidade e do valor acrescentado daquelas fileiras de atividade.

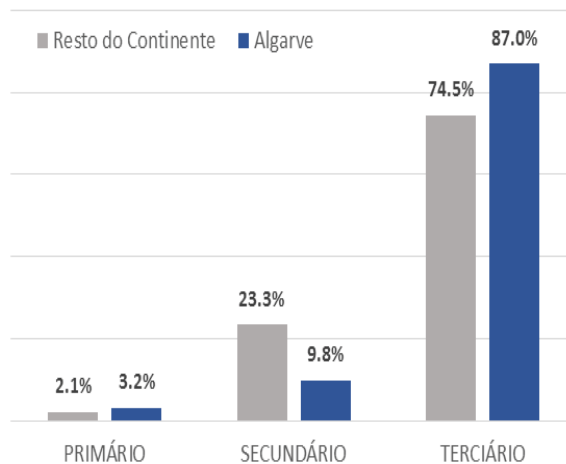


ESTRUTURA SETORIAL DO VAB

2000



2015



Fonte: Contas regionais, INE

A distribuição do emprego por setor de atividade em 2015, aferida a partir da análise dos dados do GEP/MTSS, corrobora esta especialização no setor terciário, com uma concentração de pessoal ao serviço nos setores do “Alojamento, restauração e similares” (26,6%), do “Comércio por grosso e a retalho e reparação de veículos automóveis e motociclos” (21,9%) e “Atividades de saúde humana e apoio social” (8,8%). Em conjunto estes três grandes setores representavam 57,3% do emprego. Em termos de evolução destaca-se o crescimento do número de pessoas ao serviço no “Alojamento, restauração e similares”, confirmando a tendência de afirmação da especialização da base económica regional, também o crescimento no setor da “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” e o decréscimo dos setores da “Construção” e “Indústrias Extrativas”

Neste contexto de **forte especialização da base económica regional**, verificou-se num passado recente (INE, 2011-2016) um **aumento da taxa de participação da população residente no mercado de trabalho**, traduzido no aumento da taxa de atividade, bem como num aumento da taxa de emprego. Paralelamente, e de acordo com dados relativos ao número de pessoal ao serviço nos estabelecimentos do Algarve

(GEP/ MTSS), em 2015 estavam empregadas 126.980 pessoas, mais 2.552 que em 2011.

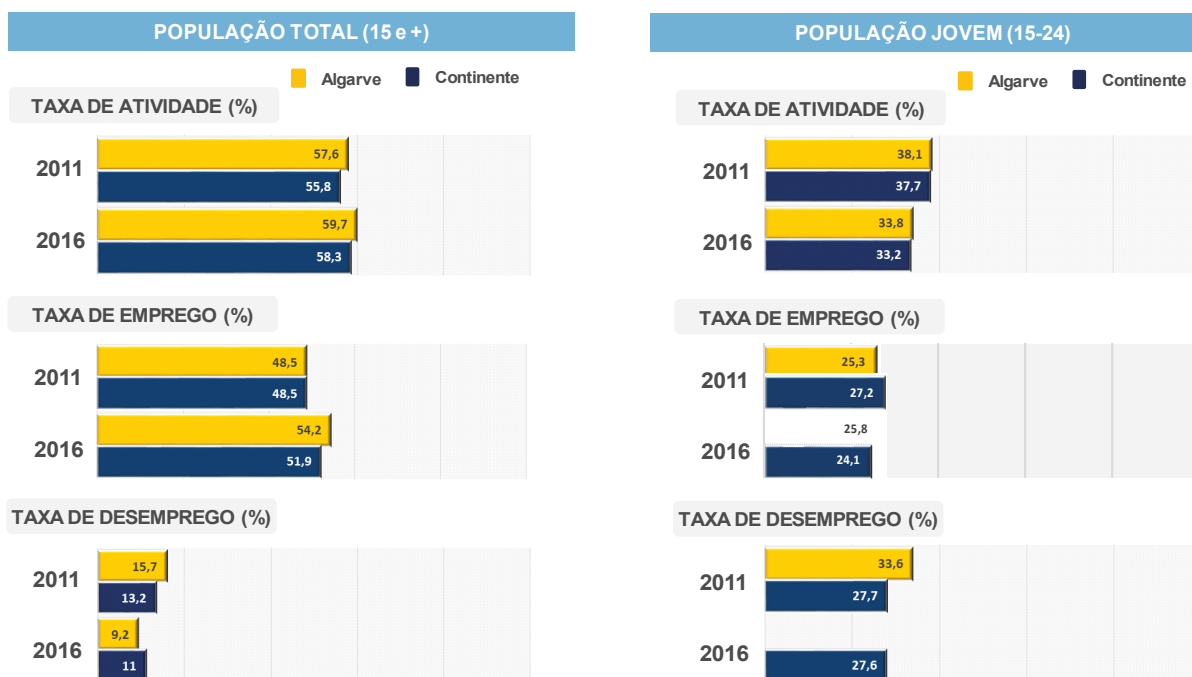
Relativamente à população jovem (15-24 anos) verificou-se, no mesmo período temporal, um decréscimo da participação dos jovens no mercado de trabalho (taxa de atividade jovem) e, simultaneamente, um acréscimo da **taxa de emprego jovem** resultante, fundamentalmente, dos efeitos na oferta e oportunidades de emprego do crescimento da atividade nos setores do turismo, hotelaria e restauração.

Havia assim em 2016, e comparativamente a 2011, uma menor percentagem de jovens em situação de emprego ou desemprego, sendo que deste conjunto, o peso dos jovens empregados registou naquele período um aumento. A taxa de emprego jovem no Algarve (25,8%) era, em 2016, superior à registada para o Continente (24,1%).

Em consonância, o número de **desempregados inscritos nos Centros de Emprego da região do Algarve** (19.612 pessoas – média anual) representava 4% do total de desempregados inscritos no Continente (expressão relativa comparativamente inferior à da população residente). Desses 11% tinham menos de 25 anos, sendo a expressão do emprego jovem registado inferior à verificada no Continente (11,9%).



TAXAS DE ATIVIDADE, DE EMPREGO E DE DESEMPREGO



Fonte: INE - Inquérito ao Emprego, INE - Estimativas Anuais da População Residente, INE - Recenseamentos Gerais da População 2011; PORDATA

Em coerência com a característica da **sazonalidade, o desemprego de longa duração** assume, no Algarve, menor expressão quando comparamos com o conjunto do Continente, existindo contudo situações heterogêneas a nível concelhio que espelham dinâmicas demográficas e socioeconómicas específicas e diferenciadas.

À semelhança do que ocorre no país, o **desemprego da população menos escolarizada** é mais significativo que o desemprego de licenciados. Este último, e considerando a média anual, é relativamente mais expressivo em Faro e Tavira.

Uma leitura articulada da evolução da especialização produtiva da região, da taxa de atividade, taxa de emprego e dados do desemprego registado (média anual e mensal), conjugada com informação recolhida junto dos atores regionais, permite concluir pela significativa dinâmica e sazonalidade do emprego regional e procura de mão-de-obra, pela existência de uma oferta de emprego superior à procura nos principais segmentos de atividade económica, a par da manutenção de uma bolsa de residentes desempregados, maioritariamente desencorajados e com baixos níveis de escolarização e qualificação profissional.

Neste contexto, e também de acordo com informação

recolhida, sinaliza-se um aspeto sobejamente destacado em estudos científicos e documentos de política, relativo à centralidade da escolaridade nas possibilidades de obtenção e manutenção do emprego e, também, na resposta à sazonalidade do mercado de trabalho, uma vez que favorece novas aprendizagens e a reorientação de percursos.

III.3. EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

No ano letivo 2015/ 2016 (DGEEC/ ME) estavam inscritos no ensino secundário na região do Algarve 15.246 alunos, dos quais 90,8% (13.851) eram jovens; isto é, não estavam matriculados em cursos orientados para adultos. A taxa de crescimento dos alunos matriculados no ensino secundário entre 2001 e 2016 é negativa, quer no Algarve (-13%), quer no Continente (-5,9%), situação que traduz a dinâmica global de recessão demográfica e que indicia uma **posição relativamente mais desfavorável da região**, ainda que do ponto de vista demográfico a diminuição do número de residentes jovens seja menos acentuada do que no Continente.

Esta **variação negativa do número de alunos matriculados no ensino secundário, entre 2001 e 2016, foi comum a todos os concelhos que inte-**

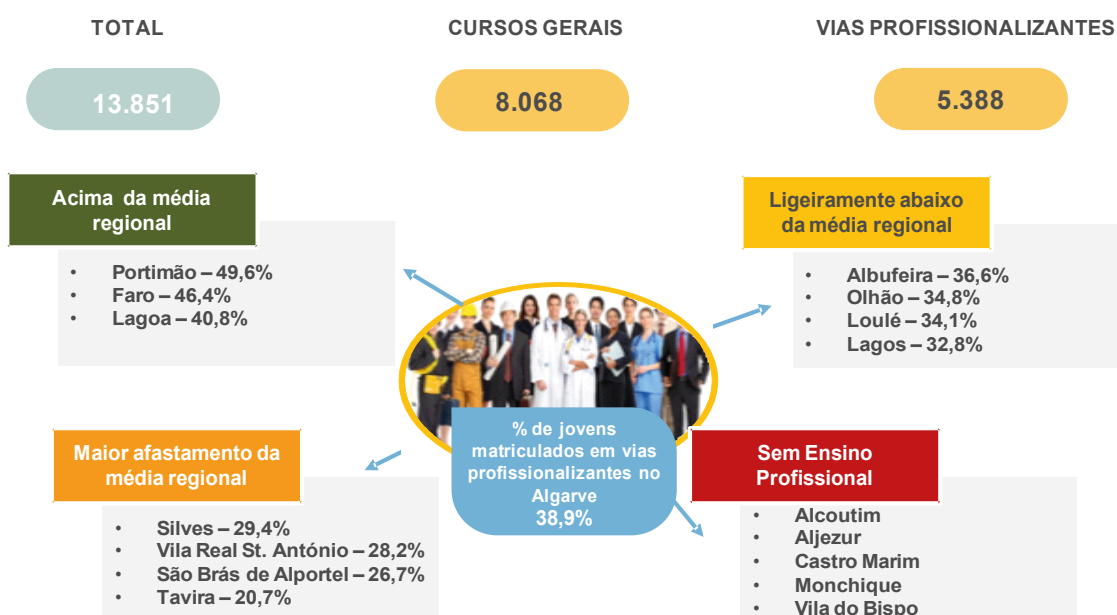


gram a região do Algarve com exceção de Albufeira que registou um acréscimo de 2,9% e Lagos com mais 9,4%. Estes dois concelhos foram aqueles nos quais se registou acréscimo da população residente jovem (15 e os 24 anos) no período 2001/ 2016.

Dos jovens inscritos no ensino **secundário 38,9% optaram pela inscrição em vias de dupla certificação**

(cursos profissionais, aprendizagem, cursos tecnológicos), sendo a expressão destas vias inferior à registada, nesse mesmo ano, para o Continente (40,6% dos jovens inscritos em vias profissionalizantes no conjunto dos jovens inscritos no ensino secundário). A grande maioria dos alunos que, no Algarve, opta pelas vias de dupla certificação no secundário, escolhe os cursos profissionais.

ALUNOS JOVENS MATRICULADOS NO ENSINO SECUNDÁRIO POR MODALIDADE DE ENSINO, ALGARVE, 2016



Fonte: DGEEC/ ME - MCTES - Recenseamento Escolar; PORDATA

Identificam-se na região do Algarve indicadores de educação-formação que exigem a particular atenção das políticas e do sistema de atores:

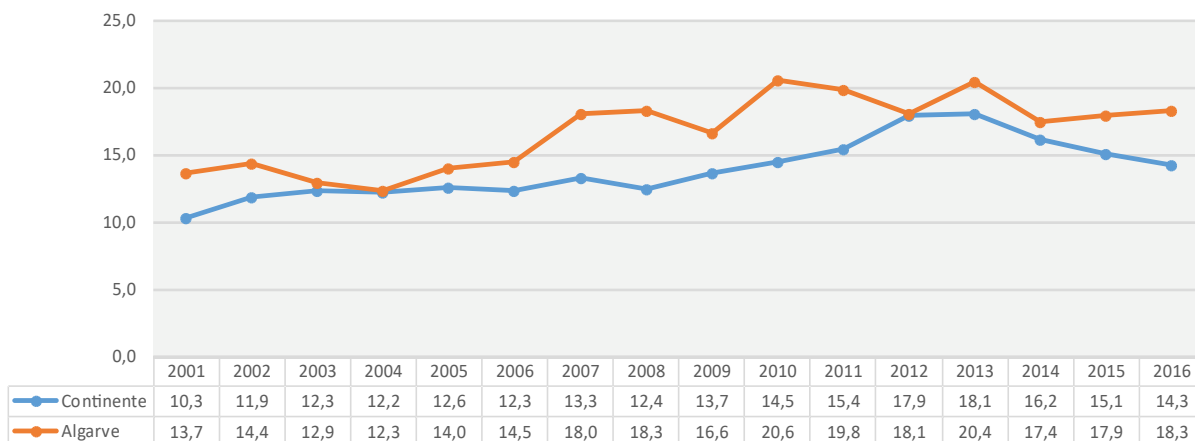
A **taxa de retenção e desistência no ensino secundário** (DGEEC/ ME, 2015-2016) situava-se em 20%, sendo de 15,5% no Continente. Paralelamente, a **taxa de abandono escolar precoce** (Eurostat, 2016) assumia, no Algarve, uma expressão (20%) significativamente superior à verificada para o Continente (15,5%) e, também, ao registado nas restantes regiões NUT II.

Resultado, em parte, da pressão exercida pelo mercado de trabalho das fileiras Turismo, Hotelaria e Restauração, a interrupção e/ ou não conclusão dos

percursos escolares de nível secundário deve constituir objeto de atenção, análise e intervenção por parte da região e do seu sistema de atores, nomeadamente municípios e entidades de educação-formação. Quando se associam estes últimos dados à informação sobre a **taxa de jovens que não estudam nem trabalham** (jovens NEET), reforça-se a centralidade e a importância de conferir prioridade a políticas e intervenções que apoiem percursos formativos de qualidade e diferenciados, que informem a procura social e capacitem a região para a mobilização de jovens para a educação-formação e que suportem a consolidação e alargamento de boas práticas de ensino e aprendizagem existentes na região do Algarve.



TAXA DE JOVENS NEET (18-24 ANOS), ALGARVE E CONTINENTE, 2001-2016



Fonte: Eurostat, LFS, Regional Statistics by NUTS2

A taxa de jovens NEET¹ (Eurostat, 2016) situava-se em 18% n Algarve, sendo de 14% para o Continente. Ao longo do período 2001-2016 esta taxa tem oscilado, sendo contudo os valores verificados para o Algarve, na grande maioria dos anos, superiores aos valores registados para o Continente.

III.4. DINÂMICA DAS QUALIFICAÇÕES INTERMÉDIAS

A OFERTA DE QUALIFICAÇÕES INTERMÉDIAS NÍVEL 4

No Algarve existe atualmente oferta de cursos de dupla certificação de nível secundário em 11 dos 16 concelhos, num total de 23 escolas da rede do Ministério da Educação (escolas públicas e escolas profissionais), nas escolas do Turismo de Portugal localizadas em Faro, Portimão e Vila Real de Sto. António e em entidades formadoras no âmbito da tutela direta ou indireta do IEFP.

Cursos de dupla certificação - Oferta no 1º ano do ano letivo, 2017/ 2018

- 108 Turmas, das quais 90 em escolas secundárias e profissionais, 11 turmas de aprendizagem e 7 turmas nas escolas do Turismo de Portugal.
- 45 Cursos profissionais diferentes enquadrados em 24 Áreas de Educação e Formação, com uma concentração

de turmas nas áreas da Hotelaria e Restauração, Desporto, Informática e Turismo e Lazer.

Ao longo dos últimos 3 anos letivos matricularam-se no 1º ano dos cursos de dupla certificação de nível secundário no Algarve (cursos profissionais, cursos do Turismo de Portugal e cursos de aprendizagem), **6.845 alunos, dos quais 78,9% fizeram-no em cursos profissionais**. A distribuição do número de alunos por concelhos revela uma maior concentração em Albufeira, Faro, Loulé, Olhão e Portimão, sendo que em Faro e Portimão, que concentram 49% dos alunos, existem escolas de todas as modalidades consideradas. Globalmente regista-se um **acréscimo do número de alunos matriculados no 1º ano de cursos de dupla certificação entre 2014/ 2015 e 2016/ 2017**.

A oferta de cursos de dupla certificação de nível secundário apresenta, na região do Algarve, um **elevado grau de concentração** em determinadas áreas, sobretudo as associadas à especialização na economia regional, existindo um leque **vasto de possibilidades a explorar ao nível da diversificação de oferta formativa** que corresponda quer a expectativas da procura social, quer a necessidades do tecido económico e social regional.

Os cursos ministrados nas diferentes tipologias de escolas e entidades (escolas secundárias, escolas profissionais, entidades formadoras certificadas, escolas do Turismo de Portugal) não seguem necessariamente os mesmo referenciais. **A utilização dos referenciais**



dos diplomas dos cursos profissionais e/ou os específicos das escolas do Turismo de Portugal, predomina ainda face à utilização de referenciais modulares, constantes do Catálogo Nacional de Qualificações. A mobilização de referenciais organizados por resultados de aprendizagem é ainda pontual e quase sem expressão, situação que se associa, entre outros, ao facto da maioria das Áreas de Educação Formação ainda não dispor deste tipo de referenciais e, também, à falta de informação e conhecimento sobre a sua valia.

Neste contexto, optou-se, para efeitos da análise da dinâmica da oferta e procura de qualificações, pela

agregação dos vários tipos de cursos em categorias designadas por domínios técnico-profissionais que constituem áreas mais específicas que as Áreas de Educação Formação e que permitem uma associação com áreas de atividade profissional.

Uma análise dos alunos inscritos no 1º ano nos últimos 3 anos letivos, segundo os domínios técnico-profissionais, revela a **concentração nas áreas do Apoio à Gestão, da Hotelaria, Turismo e Restauração e da Informática e, também da importância dos Audiovisuais e Multimédia, do Ação Educativa e da Saúde e Bem Estar**. Neste conjunto de domínios encontram-se 71% dos alunos que se inscreveram em 2017/ 2018 em cursos de dupla certificação.

10 DOMÍNIOS TÉCNICOS/ PROFISSIONAIS QUE CONCENTRAM MAIOR NÚMERO DE FORMANDOS (1.º ANO) NOS CURSOS PROFISSIONAIS, SISTEMA DE APRENDIZAGEM E TURISMO DE PORTUGAL, NOS 3 ÚLTIMOS ANOS LETIVOS NO ALGARVE

APOIO À GESTÃO - ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS, SECRETARIADO E CONTABILIDADE	677
INFORMÁTICA - SISTEMAS E REDES	637
HOTELARIA E RESTAURAÇÃO - COZINHA	583
TURISMO - OPERAÇÕES TURÍSTICAS	550
HOTELARIA E RESTAURAÇÃO - RESTAURANTE/BAR	539
AUDIOVISUAIS E PRODUÇÃO DOS MEDIA	479
SAÚDE E BEM-ESTAR - TÉCNICO AUXILIAR DE SAÚDE	421
AÇÃO EDUCATIVA E APOIO A CRIANÇAS E JOVENS	381
HOTELARIA E RESTAURAÇÃO - RECEÇÃO E ANDARES	342
INFORMÁTICA - EQUIPAMENTOS	227

Fonte: ANQEP, IEFP, Turismo de Portugal

A evolução do número de alunos no período 2014 a 2016 permite identificar o **aumento da expressão relativa de alunos nos seguintes domínios:** “Hotelaria e Restauração – Cozinha”, “Hotelaria e Restauração - Restaurante/Bar” e “Ação Educativa e Apoio a Crianças e Jovens” Pelo contrário, os **domínios técnico-profissionais que têm vindo a perder alunos desde 2014/2015** são o “Apoio à Gestão - Atividades Administrativas, Secretariado e Contabilidade”, o “Comércio, Vendas e Distribuição” e a “Informática – Equipamentos”.

PRINCIPAIS TENDÊNCIAS DE PROCURA E NECESSIDADES DE QUALIFICAÇÕES INTERMÉDIAS

As tendências de procura e necessidades de qualificações intermédias foram aferidas com base nas seguintes fontes e dimensões de análise, que combinaram uma abordagem retrospectiva com uma abordagem prospetiva: (i) a evolução do emprego nas qualificações intermédias num passado recente e, nomeadamente, do emprego de jovens técnicos intermédios, com base



na informação dos quadros de pessoal (número de pessoas ao serviço nos estabelecimentos, GEP/ MTSS)²; (ii) a identificação de tendências de rejuvenescimento e de qualificação progressiva do emprego jovem nos domínios de qualificações intermédias, através da análise do emprego por profissões (GEP/ MTSS); (iii) os resultados do inquérito lançado aos empregadores; (iv) os resultados da análise das ofertas de emprego *online* em dois períodos de tempo durante a realização do estudo; (v) a informação recolhida nas sessões de trabalho com empregadores e outros atores regionais.

Em 2015, último ano para o qual existe informação disponível à altura da elaboração deste Estudo, estavam **registadas 126.980 pessoas ao serviço nos estabelecimentos localizados no Algarve; destas, 60,3% (76.621 pessoas) exercem profissões que podem ser associadas a qualificações intermédias ou, dito de outro modo, ao emprego de técnicos intermédios.** E foi sobre este último universo que incidiu a análise das tendências recentes de evolução do emprego.

Emprego nas qualificações intermédias (2015)

- 76.621 Pessoas, das quais 10,1% (8.101) são jovens com idades entre 15-24 anos e, na sua maioria, com idades entre 20-24 anos (7.013);

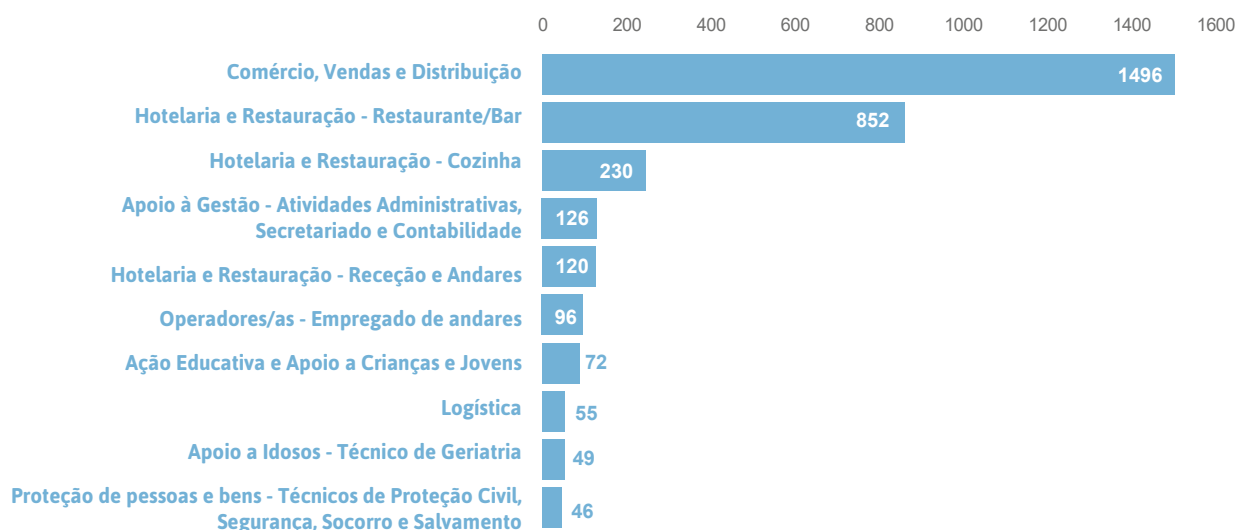
- 10 Domínios técnico-profissionais, nos quais ponderam o Comércio, Vendas e Distribuição, o Turismo e a Hotelaria e Restauração, concentram, respetivamente, 74,5% e 87,6% do emprego total e do emprego jovem (15-24 anos) nas qualificações intermédias.

- O emprego jovem qualificado (ensino secundário e pós secundário não superior) representa pouco menos de 50% do emprego de jovens técnicos intermédios, indicando uma margem significativa de evolução potencial dos níveis de qualificação.

- 78,5% do emprego jovem qualificado concentra-se nos seguintes domínios: Comércio, Vendas e Distribuição, Hotelaria e Restauração, Apoio à Gestão, Ação Educativa e Apoio a Crianças e Jovens, Logística e Apoio a Idosos.

- Os domínios técnico-profissionais que mais cresceram em emprego jovem estão entre aqueles em que o volume e peso relativo do emprego jovem são mais baixos. Saúde, Tecnologias da Saúde, Artes, Audiovisuais e Produção dos Media, assim como o Turismo e o Apoio a Idosos, apresentaram um crescimento significativo de jovens ao serviço entre 2011 e 2015. São domínios emergentes e/ ou de nicho a que importa estar atento numa perspetiva de diferenciação e valorização do emprego e da economia regional.

Os 10 domínios com maior volume de emprego jovem (20 - 24 anos) qualificado, Algarve, 2015



Fomos procurar responder, ainda através da conjugação de indicadores de emprego total e jovem no período 2011-2015, à seguinte questão: **em que domínios ou áreas pode crescer, de forma mais expressiva, a procura de jovens técnicos intermédios na região do Algarve, considerando nomeadamente tendências de rejuvenescimento e tendências de qualificação progressiva (up-skilling) do emprego?**

Domínios com maior potencial de crescimento do emprego jovem na região do Algarve, aferido pelas tendências de evolução recente:

- Comércio, Vendas e Distribuição;
- Turismo, Hotelaria e Restauração, nomeadamente Cozinha, Restaurante, Andares e Receção;
- Apoio a Idosos;
- Horticultura, Floricultura, Viveiros e Jardins;
- Logística;
- Apoio à Gestão;

- Ação Educativa e Apoio a Crianças e Jovens;
- Informática, Sistemas e Redes;
- Media e Comunicação Digital.

Numa **ótica de análise prospetiva**, os resultados das recolhas das vagas de emprego (1549 anúncios), em dois períodos (Agosto e Novembro 2017) em 3 plataformas online analisadas (Sapo, Indeed e IEFP), os resultados do inquérito aos empregadores (101 respostas) e, ainda, a informação recolhida em entrevistas e *workshops* com empregadores, confirmam as tendências de procura anteriormente identificadas e permitem sinalizar a emergência de outras áreas de procura.

O que nos dizem as ofertas de emprego explicitadas em plataformas online?

Uma forte predominância de vagas nas áreas de especialização da economia regional, uma expressão significativa da oferta de emprego (pouco qualificado) no setor primário e nos serviços administrativos e às empresas e, também, a procura de trabalhadores para áreas transversais - manutenção, eletricidade, mecânica -, sendo de destacar, neste contexto, a manutenção hoteleira.

Número de anúncios de emprego nas plataformas de emprego online por área

Hotelaria/ Restauração	557
Comércio e vendas	253
Distribuição/ Logística	132
Agricultura/ Silvicultura	124
Construção	99
Indústria e Manutenção	72
Serviços administrativos	72
Serviços de apoio às empresas	65
Mecânica automóvel	27
Manutenção Hoteleira	22
Cuidados pessoais	21
Apoio à família	19
Turismo	15
TIC	14
Imobiliário	11
Serviços sociais e de saúde	8
Animação e Desporto	6
Diversos	32

No que respeita aos resultados do inquérito, **dos 101 empregadores/ estabelecimentos que responderam, 39 têm intenção de recrutar nos próximos 2 anos técnicos com curso profissional de nível secundário, num total de 335 técnicos**. Deve considerar-se, na análise destes resultados, o peso das atividades de saúde hu-

mana e social e do alojamento e restauração no total de respostas obtidas. As intenções de recrutamento repartem-se por diferentes domínios, sendo contudo expressivo o grau de concentração da procura em 10 domínios de qualificações que representam 78% do total de intenções de recrutamento



Domínios de qualificações com 10 ou mais intenções de recrutamento

Domínios	Intenções de recrutamento (n.º de pessoas)
Hotelaria e Restauração - Andares	63
Hotelaria e Restauração - Restaurante/Bar	40
Comércio, Vendas e Distribuição	35
Hotelaria e Restauração - Cozinha	31
Hotelaria e Restauração - Recepção	22
Hotelaria e Restauração - Gestão restauração	17
Apoio a Idosos - Técnico de Geriatria	16
Saúde e Bem-Estar - Técnico Auxiliar de Saúde	13
Apoio à Gestão - Atividades Administrativas, Secretariado e Contabilidade	12
Hotelaria e Restauração - Gestão	12
Total	261

Fonte: Inquérito aos empregadores

Nas entrevistas com diferentes tipos de atores regionais e nos *workshops* com empregadores foi especificada e aprofundada a recolha de informação sobre necessidades e tendências de procura de qualificações intermédias. Ainda que exista uma forte coerência entre aquela recolha de informação e os dados quantitativos, a participação de empregadores, associações, escolas, entidades formadoras, municípios e promotores de projetos nas sessões de trabalho organizadas, permitiu identificar **necessidades e procura de técnicos intermédios em áreas de nicho e/ ou em domínios não explicitados nas ofertas online e/ ou nas respostas ao inquérito**. São disto exemplo, as qualificações associadas ao **desenvolvimento da economia do mar, à animação turística, à manutenção e reparação de infraestruturas e equipamentos, à agricultura e agroalimentar, à saúde e bem estar e às áreas do digital e da programação informática**. Curiosamente, algumas das áreas de procura e necessidade sinalizadas confirmam as tendências gerais aferidas pela análise do potencial de rejuvenescimento e qualificação progressiva de algumas profissões.

Necessidades de técnicos intermédios, manifestadas por empregadores e outros atores regionais

- Hotelaria e restauração – cozinha, serviços de mesa e bar, *andares/ housekeeping*, recepção, manutenção hoteleira, manutenção campos de golfe, manutenção de piscinas, manutenção de jardins;
- Turismo – turismo náutico, operações turísticas e animação turística, numa ótica de valorização e diversificação da oferta de produtos e serviços e de valorização do território;

- Saúde e bem estar, particularmente na sua ligação com o turismo;
- Horticultura, floricultura, viveiros e jardins;
- Transformação de recursos e produtos alimentares;
- Informática - programação, sistemas e redes;
- Comunicação digital e multimédia;
- Mecânica, eletricidade, eletrónica, automação e controlo, mecatrónica;
- Operação e manutenção de equipamentos, sistemas de refrigeração, instalações;
- Manutenção e reparação de embarcações náuticas;
- Construção;
- Transporte e logística;
- Apoio social.

III.5. A RELEVÂNCIA DAS QUALIFICAÇÕES INTERMÉDIAS

A determinação do grau de relevância das qualificações intermédias é um dos principais resultados esperados do módulo regional dos estudos realizados no âmbito do Sistema nacional de Qualificações (SANQ). O **posicionamento das qualificações numa escala de relevância de 1 a 10** (sendo 1 a relevância mais baixa e 10 a mais alta), conforme metodologia estabelecida pela ANQEP, decorre da **conjugação de indi-**



cadres quantitativos de evolução e dinâmica do emprego jovem, com resultados da análise prospetiva, suportada no inquérito aos empregadores, vagas de emprego na região e outros indicadores, e ainda com informação de cariz qualitativo recolhida junto atores locais.

Ainda que se verifiquem necessidades de qualificações

intermédias que não dispõem de oferta por parte do sistema de educação-formação, este exercício permite posicionar cada uma das qualificações disponíveis no Catálogo Nacional de Qualificações e em legislação específica, segundo a sua **importância face às necessidades e procura potencial**. Apresenta-se aqui a síntese das qualificações intermédias posicionadas nos grupos de relevância mais altos, em resultado do Estudo realizado.

RELEVÂNCIA MUITO ALTA (8 A 10) – AREAS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO (AEF) E CURSOS



341 » Técnico/a de Logística; Técnico/a de Comunicação e Serviço Digital; Técnico/a de Distribuição; Técnico/a de Vendas e Marketing; Técnico/a de Vendas; Técnico/a de Vitrinismo

522 » Técnico/a de Redes Elétricas; Técnico de Eletricidade Naval

622 » Técnico/a de Jardinagem e Espaços Verdes

729 » Técnico/a Auxiliar de Saúde

762 » Técnico/a de Cozinha/Pastelaria; Técnico/a de Restaurante/Bar; Técnico/a de Pastelaria/Padaria; Técnico/a de Recepção Hoteleira; Técnico/a de Andares; Técnico de Recepção; Rececionista de Hotel

812 » Técnico/a de Operações turísticas; Técnico/a em Animação de Turismo

861 » Técnico de Segurança e Salvamento em Meio Aquático

RELEVÂNCIA MUITO ALTA (6 A 7) – AREAS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO (AEF) E CURSOS



225 » Técnico de Recuperação do Património Edificado

341 » Técnico de Comércio/ Técnico/a Comercial

346 » Técnico de Administração Naval

481 » Técnico/a de Informática - Instalação e Gestão de Redes; Técnico/a de Informática - Sistemas; Programador/a de Informática

521 » Técnico/a de Fabrico e Manutenção de Cunhos e Cortantes; Técnico de Manutenção Industrial - Eletromecânica; Técnico de Manutenção Industrial - Mecatrónica; Técnico/a de Soldadura

522 » Desenhador/a de Sistemas de Refrigeração e Climatização; Técnico de Frio e Climatização; Técnico/a de Refrigeração e Climatização; Técnico/a de Eletrotecnia; Técnico/a de Instalações Elétricas

523 » Técnico/a de Eletrónica Médica

525 » Técnico de Manutenção Industrial - Mecatrónica Automóvel; Técnico/a de Aprovisionamento e Venda de Peças; Técnico/a de Mecatrónica Automóvel; Técnico/a de Reparação e Pintura de Carroçarias; Técnico de Mecânica Naval; Técnico/a de Construção Naval/Embarcações de Recreio

724 » Técnico/a Assistente Dentário; Técnico Auxiliar Protésico - Prótese Dentária

725 » Técnico Auxiliar Protésico - Prótese Auditiva; Técnico Auxiliar Protésico - Prótese Maxilo Facial; Técnico Auxiliar Protésico - Prótese Orbitocraneal - ; Técnico Auxiliar Protésico - Prótese Ortopédica; Técnico/a de Ótica Ocular





761 » Técnico de Apoio à Infância; Técnico/a de Ação Educativa; Técnico/a de Juventude

762 » Animador/a Sociocultural; Técnico de Apoio Psicossocial; Técnico/a de Apoio Familiar e de Apoio à Comunidade

812 » Técnico de Turismo; Técnico/a de Agências de Viagens e Transportes

813 » Técnico/a de Desporto

815 » Esteticista; Técnico/a de Massagem de Estética e Bem Estar

840 » Contramestre (Marinha Mercante); Técnico/a de Transportes

850 » Técnico/a de Sistemas de Tratamento de Águas

861 » Técnico/a de Proteção Civil; Técnico/a de Socorros e Emergências de Aeródromo

O **mapa de relevâncias das qualificações intermédias constitui um instrumento, que se deseja dinâmico, de suporte ao planeamento e concertação da rede regional de cursos profissionais**. O mapa construído no âmbito deste estudo, reforçou o conhecimento e o trabalho de parceria já desenvolvido na região, nomeadamente entre a DGESTE e escolas e entre a DGESTE, Turismo de Portugal e IEFP, e informou a **proposta de rede de cursos profissionais para 2018-2019**. Esta proposta apresenta, face à rede em funcionamento, um maior grau de relevância e coerência regional.

A **utilização do mapa de relevâncias deve considerar elementos de contexto** (político-institucional, regulamentar, económico e social) e condições organizativas e operacionais, nas escolas e entidades formadoras, que influenciam decisivamente a qualidade, o significado e a perceção do valor das ofertas formativas. Neste contexto, não podem ser desvalorizadas as qualificações que, não estando posicionadas com relevância alta, respondem a nichos de especialização, necessidade ou procura e contribuem para a diferenciação da oferta no contexto regional e, nalguns casos, nacional.

III.6. UMA PERSPETIVA DE SÍNTESE DA ABORDAGEM QUALITATIVA: A VISÃO DOS ATORES E AS CONDIÇÕES DE CONTEXTO

As **dificuldades de recrutamento de trabalhadores**, nomeadamente nas áreas da hotelaria e restauração, agricultura e comércio, foram destacadas de forma generalizada pelos atores presentes nas sessões de trabalho e constatadas também através dos dados

analisados relativos à colocação de alunos dos cursos profissionais. As dificuldades **verificam-se de forma transversal ao território, embora com incidências territoriais diferentes e picos de procura em função da sazonalidade de algumas atividades ou da concretização de projetos e investimentos**. Esta situação convive com a desvalorização social de algumas profissões, nomeadamente na área agrícola, social e da hotelaria (ex: andares) e com a exigência de disponibilidade e especialidade de profissões e empregos que só recentemente conhecem maior valorização salarial (exs. restaurante/bar; receção).

A par destas realidades, **os constrangimentos à mobilidade intrarregional, associadas a uma rede intermunicipal de transportes com insuficiente cobertura e regularidade de serviço, e as dificuldades de alojamento a preços acessíveis, constituem constrangimentos e dimensões de preocupação dos atores regionais**. Estes apelam à organização de serviços de apoio regional e à cooperação na implementação de serviços que favoreçam a inserção de jovens no mercado de trabalho e a valorização do emprego regional.

Num contexto de escassez de mão-de-obra, os empregadores manifestam necessidades e procura de competências que, na sua grande maioria, são transversais ao conjunto de qualificações intermédias que associam à sua área de atividade. **A boa formação sociocultural, a resiliência e flexibilidade, a capacidade de adaptação a diferentes contextos, o atendimento ao cliente e a capacidade de comunicação, a capacidade de expressão em línguas estrangeiras, o conhecimento do território e as aptidões nas áreas das tecnologias de informação e comunicação, são os domínios de competência mais referidos pelos empregadores.**



Na opinião dos atores regionais, a formação profissional de nível secundário deve favorecer a flexibilidade de saídas profissionais, o prosseguimento de estudos e especializações em função da atividade ou do contexto profissional. Neste contexto, e independentemente das diferenças que existem em função dos modelos empresariais, do perfil do empregador, da área de atividade ou do domínio de qualificações, **os empregadores privilegiam uma boa formação de base e uma sólida formação técnico-profissional na respetiva área que lhes permita promover a especialização e orientação de competências em função dos contextos.** São também referidos, por alguns empregadores, algumas dificuldades de inserção de jovens que concluem os cursos profissionais associadas à pouca maturidade destes.

A qualidade ou falta de qualidade das práticas formativas é lida e percecionada pelos empregadores sobretudo através do perfil dos estagiários e da comunicação estabelecida com escolas e entidades empregadoras, nomeadamente em eventos de divulgação da oferta e durante os estágios. Esta leitura e perceção das práticas formativas e do seu impacto na formação de profissionais competentes são facilitadas quando a linguagem apresenta um denominador comum: os conhecimentos, as aptidões e as atitudes, em detrimento da linguagem dos conteúdos formativos. Complementarmente, identificou-se que quanto melhor os empregadores conhecem as escolas e mais cooperam com elas, mais favorável é a visão que têm sobre o seu contributo para a formação de profissionais.

As entidades formadoras e, nomeadamente as escolas, debatem-se com constrangimentos organizativos e operacionais diversos na montagem e disponibilização da oferta de cursos. A necessidade de atuar na qualidade e atualização de referenciais e, sobretudo, na sua coerência e legibilidade, a instabilidade do quadro de financiamento, o enquadramento e motivação do corpo docente, as dificuldades de mobilização de formadores especializados, as ainda débeis práticas colaborativas na docência e a necessidade de reforçar competências de organização e gestão nos contextos de educação-formação, foram os fatores mais referidos ao longo do estudo, embora com

incidências diferentes em função dos contextos e tipologias de operadores da rede.

As práticas de cooperação entidades empregadoras-escolas assentam predominantemente, e em muitos casos exclusivamente, nos momentos dos estágios, existindo uma margem significativa para diversificar e alargar as dimensões de cooperação. Há empregadores que valorizam os estágios como efetivos momentos de formação em contexto de trabalho, sinalizando a necessidade de organizar de forma mais adequada a respetiva duração e períodos temporais, e há situações em que os estágios parecem constituir uma boa forma de substituição de posto de trabalho ou de resposta a picos de trabalho. Identificaram-se contudo, ainda que de forma não generalizada, boas práticas ao nível das parcerias escola-municípios e escola-empregadores.

A valorização, social e salarial, das qualificações de nível intermédio e, de modo geral, do emprego jovem qualificado, exige, na perspetiva dos atores regionais, a conjugação de um conjunto de vetores e apostas multidimensionais, das quais se destacam: (i) o trabalho em torno da representação social das profissões, da imagem do ensino profissional e da perceção do valor das qualificações intermédias, junto da comunidade educativa e empregadora; (ii) a maior, e mais alargada, cooperação entre escolas-entidades empregadoras-município, nomeadamente as focadas no desenvolvimento de experiências piloto de cursos e/ou da partilha de recursos e serviços de suporte ao funcionamento dos cursos; (iii) a cooperação com o ensino superior no desenvolvimento do conhecimento e de recursos, nomeadamente pedagógicos e didáticos, que potenciam a qualidade dos cursos; (iv) a divulgação e comunicação junto dos jovens, suas famílias, e entidades empregadoras, de boas práticas e casos de sucesso associados ao ensino profissional na região do Algarve; (v) a melhoria da organização, do acompanhamento e avaliação dos estágios.

Existem no território algarvio **boas práticas de cooperação e parcerias estabilizadas que,** não sendo generalizadas, se situam em dimensões chave do ponto de vista da valorização dos percursos de educação-formação e do ensino profissional em concreto. Referimo-nos nomeadamente à organização de eventos



em parceria escolas-empregadores-municípios, à cooperação dos municípios na disponibilização de recursos para a formação e, fundamentalmente, para a concretização dos estágios, às parcerias com o ensino superior e, ainda, às dinâmicas de cooperação e de angariação de recursos impulsionadas por docentes, formadores e técnicos.

A capacitação das equipas pedagógicas é um desafio permanente, considerando a importância da figura do professor/ formador no sucesso dos alunos e a relevância das práticas e didáticas na melhoria da qualidade do ensino profissional e sucesso escolar.

O Estudo permitiu identificar alguns **requisitos gerais para a afirmação e qualidade da oferta das qualificações intermédias mais necessárias e procuradas**, sem prejuízo das conclusões mais detalhadas para as fileiras da Turismo, Hotelaria e Restauração incluídas neste documento:

Nos domínios de qualificações que suportam a base da economia regional, nomeadamente a Turismo, Hotelaria e Restauração, as questões da “gestão da sazonalidade”, da escassez de profissionais e da importância de **reforçar e estruturar a cooperação entre empregadores e escolas** são desafios transversais. Na área do Turismo, na qual predomina a oferta do curso “Técnico de Turismo”, sinaliza-se a necessidade de **utilização de referenciais mais atuais e relevantes**, organizados por resultados de aprendizagem, bem como o **desenvolvimento de práticas pedagógicas que incluam a aprendizagem baseada em projetos e a relação com o território como instrumentos centrais de promoção das aprendizagens**.

Como suporte ao desenvolvimento de fileiras de atividade associadas à economia do mar, e fundamentais numa perspetiva de valorização e diversificação da economia regional, importa afirmar nichos de oferta de qualificações intermédias suportadas em novos referenciais (exs: animação turística, operações turísticas). Paralelamente, o turismo náutico, a reparação de embarcações, a manutenção hoteleira e de equipamentos e infraestruturas, bem como as novas produções agrícolas, a floricultura e a horticultura devem ser encarados como domínios de aposta regional no que respeita à qualificação profissional.

A manutenção e reparação de equipamentos, embarcações, sistemas, instalações e, nomeadamente, a manutenção hoteleira, a manutenção de campos de golfe e a manutenção de infraestruturas e equipamentos de lazer, culturais e turísticos são domínios de qualificação que, sendo particularmente exigentes em termos de recursos de formação, apela a uma **cooperação e partilha de recursos na região**.

A **procura de qualificações intermédias na área da saúde e bem-estar tende a afirmar-se** enquanto dinâmica associada à área hospitalar, ao envelhecimento ativo ou ao turismo e pode ser uma excelente área para o desenvolvimento de experiências piloto de formação de técnicos intermédios.

Enquanto domínios de qualificações intermédias necessárias, **a logística, a distribuição e os transportes exigem, na região do Algarve, uma aposta na comunicação do seu potencial contributo para a valorização dos empregos, junto da procura social e dos empregadores**.



IV. CONCLUSÕES DO MÓDULO SETORIAL: TURISMO, HOTELARIA E RESTAURAÇÃO

O desenvolvimento do módulo setorial de análise para as fileiras do Turismo, Hotelaria e Restauração, previamente contratualizado com a AMAL, permitiu aprofundar e alargar o âmbito da informação recolhida, da análise efetuada e, conseqüentemente, dos resultados, conclusões e recomendações para o planeamento da rede de ofertas. Neste contexto, foi possível organizar dimensões de conclusões mais específicas do que para o conjunto das restantes áreas de qualificações.

IV.1. DINÂMICA DO EMPREGO

A **dinâmica do emprego nestas fileiras é marcada pela falta generalizada de mão-de obra qualificada e pela grande dificuldade de recrutamento e retenção por parte dos empregadores de profissionais qualificados e experientes**. É neste contexto, a que poderemos associar também a ainda insuficiente valorização das qualificações intermédias, que poderemos interpretar o facto de nas ofertas de emprego analisadas, cerca de 40% não fazerem referência a requisitos de recrutamento relacionados com habilitações escolares e/ou profissionais específicas. Também as recolhas de terreno permitiram identificar que uma boa parte dos empregadores, nas suas práticas de recrutamento, não fazem referência ao nível qualificação pretendida (nível 4 ou 5 do Quadro Nacional de Qualificações), nem parecem fazer distinção entre os níveis 4 e 5.

A **sazonalidade continua a ter um forte impacto na dinâmica de emprego**, reproduzindo ano após ano as mesmas tendências e práticas de trabalho em alternância de “trabalho com salário elevado na época alta” com “desemprego subsidiado na época baixa”. Em especial na Restauração, as **práticas de recrutamento** são maioritariamente baseadas no “conhecimento pessoal” ou “referenciação” e inserem-se na lógica instituída de sazonalidade do negócio. Um número significativo de empregadores da área da Restauração referiram recrutar preferencialmente os mesmos profissionais ano após ano, praticando salários mais elevados nas épocas altas para compensar os períodos de pausa da época baixa.

Das vagas de emprego analisadas, as relacionadas com a Turismo, Hotelaria e Restauração representam cerca de 40% do total de vagas dos restantes setores de atividade. As profissões com maior procura por parte dos empregadores são os Empregados de Mesa/Bar (24,9%) e Cozinha (35,5%, considerando, Cozinha 23,9% e Ajudantes de Cozinha, 11,6%), embora se manifestem necessidades de recrutamento em praticamente todas as funções/profissões nestas fileiras. A distribuição das vagas/anúncios de emprego por concelho revela uma maior concentração nos concelhos com maior número de estabelecimentos hoteleira, sendo Albufeira, Faro, Loulé, e Tavira responsáveis por mais de 60% dos anúncios identificados.

São significativas, nestas fileiras de atividade, as **questões relacionadas com as condições de trabalho e salários, acrescidas de constrangimentos à mobilidade dentro de região que tornam a região, e o setor em concreto, pouco atrativo para recursos humanos com qualificações intermédias**.

IV.2. DINÂMICA DA OFERTA FORMATIVA

A oferta formativa existente nos operadores da rede (escolas públicas, escolas profissionais, IEFEP e entidades formadoras sob a sua tutela e escolas do Turismo de Portugal) é **coerente e relevante** face às necessidades expressas pelos empregadores, embora **insuficiente** em termos quantitativos e **inconsistente** em termos qualitativos. Todos aqueles operadores possuem oferta de cursos na área da Turismo, Hotelaria e Restauração, que resulta de alguma forma complementar a nível local. Ou seja, parece existir alguma concertação, desenvolvida nos últimos anos entre os operadores, garantindo a não duplicação de oferta no mesmo concelho e/ou territórios de proximidade.

Embora com alguma tendência de renovação, **a oferta formativa atual é ainda fortemente marcada por opções tradicionais, em termos dos cursos oferecidos e dos referenciais utilizados**. Os cursos “Técnico de Restaurante/Bar”, “Técnico de Cozinha/Pastelaria” e “Técnico de Turismo” reúnem quase 80% dos alunos inscritos no 1º ano, nos últimos 3 anos letivos. Destes,



nenhum utiliza como suporte os novos referenciais organizados em resultados de aprendizagem. O segundo curso com maior número de alunos inscritos no 1º ano, o Técnico de Turismo, utiliza um referencial organizado por disciplinas, com data de 2006.

A tendência de **inovação na oferta formativa faz-se pela introdução de novos cursos de Animação em Turismo**, já organizados em Resultados de Aprendizagem, em duas escolas secundárias da região (Loulé e Vila Real de Santo António).

A eventual persistência de abertura de cursos suportados em referenciais desatualizados e/ ou menos relevantes poderá revelar-se desajustada face à necessidade, que se antecipa, de afirmação da qualidade dos empregos e consolidação das apostas turísticas da região, que exigirão dos profissionais do setor conhecimentos e competências sólidas e coerentes com desafios cada vez mais exigentes ao nível dos conhecimentos, aptidões e atitudes.

A **insuficiente utilização dos referenciais organizados por resultados de aprendizagem** como suporte aos processos formativos parece estar relacionada com algumas questões chave: (i) desconhecimento da sua existência e/ou do seu potencial; (ii) inexistência/falta de recursos humanos com formação adequada para a implementação destes referenciais; (iii) recursos materiais insuficientes ou desatualizados para a implementação destes referenciais pela proximidade exigida às condições do contexto real; (iv) inexistência de fontes de financiamento específicas para a introdução de elementos de inovação nas práticas formativas.

No que respeita à **linha de continuidade entre os cursos de nível 4 e de nível 5** existentes na região, é possível identificar coerência entre os programas formativos oferecidos pelo operador Turismo de Portugal com as áreas de oferta de nível 4, o que permite assegurar o prosseguimento de estudos, por parte dos alunos que o pretendam, para o nível de especialização.

Contudo, de acordo com os dados recolhidos, é possível verificar que **os cursos de nível 5 não se constituem como uma resposta preferível de especialização para os alunos provenientes do nível 4 das áreas 811 ou 812**, constatando-se que cerca de 50% dos jovens são provenientes de outras modalidades (ensino secundário geral) ou mesmo de níveis de ensino superior – licenciaturas ou mestrados noutras áreas de estudos.

Os alunos auscultados referem que as **aprendizagens realizadas não correspondem às expectativas de especialização e de inovação**, conforme previsto no perfil de saída desta tipologia de cursos (de acordo com os descritores do Quadro Nacional de Qualificações, para o nível espera-se que *“o indivíduo deva demonstrar ter adquirido conhecimento fundamental e especializado e compreensão de factos, conceitos e princípios sobre uma área de estudo ou de trabalho especializada e ter desenvolvido uma gama de aptidões especializadas que lhe permitam conceber soluções criativas para problemas específicos, de forma geralmente autónoma, em contextos sujeitos a alterações imprevisíveis e de complexidade variável”*).

IV.3. CAPACIDADE INSTALADA DAS ESCOLAS

RECURSOS HUMANOS

Os **professores/formadores são reconhecidos pelos alunos e pelas famílias como os elementos-chave para o sucesso escolar** (qualidade). A ligação emocional, as relações afetivas, o empenho e a dedicação são dimensões valorizadas quando se abordam as questões do sucesso escolar.

Constata-se, nalguns operadores, a prática generalizada de contratação externa de professores/formadores para as áreas técnicas nos cursos de Hotelaria e Restauração. Esta situação, podendo favorecer a introdução de novo conhecimento nas escolas, pode também dificultar a continuidade do trabalho pedagógico, exigindo uma coordenação dos cursos que integre as diferentes abordagens e professores/ formadores e as enquadre no projeto pedagógico da escola.

Nas escolas secundárias, e sobretudo nos cursos de Turismo, os professores do quadro de Escola das áreas disciplinares com maior afinidade (Geografia, Economia, etc.) asseguram quase todas as componentes técnicas do currículo, com risco de utilização de práticas pedagógicas “escolarizadas”, descontextualizadas do contexto profissional e das características específicas do setor.

Nalguns operadores e escolas, verifica-se uma tendência de concentração das funções de coordenador das áreas técnicas (Turismo, Hotelaria e Restauração) num único coordenador (por vezes, 1 coordenador para



todos os cursos profissionais), dificultando a afetação de tempo necessário à análise, acompanhamento e intervenção nas dimensões organizativas e operacionais dos cursos.

RECURSOS MATERIAIS

De uma forma geral, as entidades formadoras que ministram cursos de Turismo, Hotelaria e Restauração referem possuir as infraestruturas e recursos considerados como adequados e suficientes para as práticas pedagógicas. Os dados recolhidos apontam para a existência de equipamentos de suporte tradicionais (computadores em salas de informática, projetores multimédia para apresentação de diapositivos, bibliotecas e/ou centros de estudos), em muitos casos **referenciados como a necessitar de renovação e/atualização**.

Os recursos técnico-pedagógicos utilizados nas aprendizagens dos domínios técnicos da Cozinha, Restaurante/Bar e Receção, são os adequados mas **sem aspetos de inovação em destaque**; no que se refere às matérias-primas e utensílios são apontados problemas de qualidade e quantidade (insuficiência face ao número de alunos e às práticas a realizar).

Regista-se a existência de **escolas que recorrem a infraestruturas e equipamentos de entidades externas** (empresas, município) para a realização das formações de cariz mais prático, sendo importante avaliar estas experiências com o objetivo de identificar o potencial e mais valia da partilha de recursos.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Constata-se a existência de **práticas pedagógicas diferenciadas** na rede de escolas, não sendo possível definir uma linha consistente de tendências. Foram identificadas:

- Práticas tradicionais, assentes em metodologias de ensino transmissivas e suportadas em programas baseados em conteúdos de pendor fundamentalmente teórico;
- Práticas pedagógicas assentes em metodologias demonstrativas e orientadas para o domínio do “saber-fazer”, com recurso frequente/sistemático a práticas em contexto real/projetos;
- Práticas pedagógicas assentes em metodologias apropriativas, orientadas para o desenvolvimento de

competências integradoras- “saber-agir” - conjugando aprendizagens do domínio teórico, prático e comportamental, com recurso ao modelo de aprendizagem baseada em projetos.

Embora não se possa estabelecer uma relação direta as referidas práticas, as modalidades e a tipologia de promotores (o que só poderia ser afirmado após um estudo ainda mais aprofundado), o **modelo tradicional** parece ser mais frequente nos cursos profissionais e escolas secundárias e o **modelo “saber-fazer”** no Sistema Aprendizagem/IEFP e nos cursos do Turismo de Portugal. O modelo “saber-agir” ainda parece ser desenvolvido de forma residual, estando sobretudo associado aos cursos suportados nos novos referenciais organizados em resultados de aprendizagem.

Na linha do referido nas conclusões relativas à oferta formativa, a **persistência de utilização de práticas pedagógicas centradas em conteúdos teóricos ou no “mero saber-fazer”, sem suporte conceptual que permita reflexão crítica e consciência das aprendizagens realizadas, não conduzirá aos resultados desejados**; ou seja, dificilmente possibilitará a formação de profissionais com os conhecimentos e as competências necessárias para responder às exigências e desafios do setor, da região e da sociedade atual.

PRÁTICAS DE MONITORIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS ESTÁGIOS (FCT)

Todos os atores do processo (empregadores, professores/formadores, alunos e famílias) reconhecem a **enorme relevância e importância** dos momentos de estágio para a aquisição e desenvolvimento de competências por parte dos alunos. Tratam-se sempre de etapas marcantes, pela positiva e/ou pela negativa, com forte impacto no percurso formativo dos jovens.

As **práticas de monitorização e acompanhamento de estágios são diferenciadas entre os operadores da rede e, em muitos casos, inconsistentes**. Alguns operadores dispõem de normas e regulamentos que enquadram os objetivos, a organização, o acompanhamento e a regulação dos estágios. Contudo, em grande parte das situações, e a avaliar pela informação recolhida nos estudos de caso, as práticas não seguem critérios e indicadores rigorosos e objetivos (nº visitas, mecanismos e periodicidade de feedback, etc.), e generalizados aos cursos, estando muitas vezes de-



pendentes das iniciativas individuais e do voluntarismo dos professores/ formadores das escolas e tutores das empresas.

Verificou-se um **descontentamento quase generalizado entre empregadores e alunos relativamente ao período do ano letivo em que são realizadas as formações em contexto de trabalho**. Estas são frequentemente realizadas na época alta, em que a intensidade do negócio é maior, com menor disponibilidade por parte dos tutores para formar e maior exigência em termos de horários e condições de trabalho para os jovens. As situações de maior descontentamento referidas pelos alunos estão relacionadas com a realização de tarefas não previstas no contrato de estágio, realização de tarefas rotineiras que não permitem uma efetiva transferência dos conhecimentos adquiridos na Escola para o contexto real de trabalho e também, de forma generalizada, com as condições de alojamento e transporte.

Regista-se contudo, uma **evolução positiva na atitude de algumas empresas, em especial na Hotelaria, no sentido de introduzir uma verdadeira dimensão de aprendizagem aos momentos de estágio**, como sejam a capacitação pedagógica dos seus tutores/mentores. Sinaliza-se também, como fator positivo e de suporte à qualidade da formação em contexto de trabalho, a presença, sobretudo nas unidades hoteleiras, de tutores com o curso de formação pedagógica de formadores e/ou de tutores em contexto de trabalho.

PRÁTICAS DE ORIENTAÇÃO VOCACIONAL E POLÍTICA DE RECRUTAMENTO

De acordo com as informações recolhidas, apenas as escolas ou agrupamentos de escolas públicas possuem

serviços de orientação vocacional à saída do 3.º ciclo do ensino básico. Este serviço é realizado pelas equipas de psicólogos educacionais e, nos casos referenciados, através de técnicas de entrevista e/ou questionários de orientação profissional. Os restantes operadores, que ministram oferta apenas de nível secundário, não mencionaram possuir este tipo de serviço

No que se refere à política de recrutamento, apenas as escolas do Turismo de Portugal e as privadas (Escolas Profissionais e DUAL), referiram ter uma política instituída de recrutamento e seleção de alunos. No caso das escolas do Turismo de Portugal, a seleção é feita a partir de uma entrevista e de uma prova de língua estrangeira. A DUAL referiu realizar a entrevista como método de seleção, procurando identificar traços de motivação para a frequência dos cursos.

PRÁTICAS DE ATUAÇÃO EM REDE

Existem práticas regulares de colaboração entre as escolas e empresas da localidade, da região e/ou do país (feiras de emprego, visitas de estudo, etc.), com especial enfoque na aceitação/colocação de estagiários.

Não foram identificadas práticas inovadoras de Work Based Learning. Apenas uma escola, o Centro de Formação DUAL, aplica o modelo de WBL clássico, tendo várias empresas com as quais tem uma relação de continuidade.

Existem sinais de abertura por parte das Escolas, das Empresas e entidades locais, em colaborar de forma mais estruturada, quer em termos de partilha de recursos, quer em termos de partilha de conhecimentos.



V. QUALIDADE, CONSISTÊNCIA E COERÊNCIA DA REDE DE ENSINO PROFISSIONAL NO ALGARVE: DESAFIOS E PROPOSTAS

V.1. DESAFIOS E PROPOSTAS GERAIS

As qualificações intermédias e a dupla certificação, escolar e profissional, encontram espaços de afirmação crescente na procura social, nas saídas para o mercado de trabalho, no prosseguimento de estudos e na resposta aos desafios de desenvolvimento de competências em diferentes fileiras de atividade económica e social.

Há, contudo, **trabalho a fazer e caminho a percorrer para assegurar um planeamento, organização e concretização da rede de cursos que reforce a sua transparência e legibilidade junto da procura social e dos empregadores e permita afirmar a qualidade e consistência dos perfis de saída e das competências desenvolvidas.** Este é um desafio, partilhado na região do Algarve, para as políticas e para o sistema de atores regionais. Em coerência com os resultados e conclusões deste estudo, e sem prejuízo das propostas mais específicas aqui apresentadas para o planeamento e qualidade da rede nas áreas da Turismo, Hotelaria e Restauração, sistematizam-se um conjunto de propostas de ação, de natureza diversa, agrupadas em duas grandes dimensões: estratégica e política, e oferta formativa.

DIMENSÃO POLÍTICO-ESTRATÉGICA

Do ponto de vista de uma entidade intermunicipal, colocar a educação e formação no centro das políticas de desenvolvimento do território requer uma **estratégia, intermunicipal e supramunicipal**, que assuma a necessidade de conhecimento e de intervenção sobre as condições de contexto que favorecem ou dificultam a qualidade das ofertas e o sucesso escolar, que contemple formas de apoio à organização dos cursos, que suporte e promova a partilha de recursos no território e que aposte no conhecimento e na informação da procura social.

Neste contexto, promover **práticas de cooperação entre os municípios no que respeita à partilha de recursos**, nomeadamente instalações, equipamentos e

conhecimento, bem como operacionalizar uma **política de mobilidade e transportes** que viabilize a superação de constrangimentos identificados no exercício da atividade profissional e na realização de estágios por parte dos jovens, constituem pilares importantes de atuação.

Concomitantemente, **o nível intermunicipal de atuação, revela-se adequado para assegurar a interlocução com organismos da tutela**, nomeadamente no que respeita à atualização, qualidade e legibilidade dos referenciais de formação, e para **dinamizar práticas de partilha estruturada de informação entre empregadores e escolas, nomeadamente em domínios que ultrapassam as fronteiras concelhias e, frequentemente, as regionais.** A informação da procura social e das motivações da população jovem, o trabalho em torno das representações sociais sobre o ensino profissional, a produção e divulgação de boas práticas e de conhecimento sobre as dinâmicas de evolução dos empregos e das necessidades de competências, são exemplos de áreas de atuação que ganham significado à escala supramunicipal.

A construção de um plano intermunicipal para a promoção das qualificações intermédias, com a participação dos diferentes operadores da rede, pode revelar-se um instrumento útil do ponto de vista do contributo da região para a qualidade, consistência e coerência da rede de ofertas de dupla certificação de nível secundário.

Fazer do planeamento da rede de cursos um processo transversal aos operadores de educação-formação, diferenciando a tipologia de ofertas e os públicos-alvo, representa igualmente uma tarefa com maior grau de possibilidade de concretização ao nível regional impulsionada, no caso do Algarve, pela experiência de cooperação institucional já existente. **O planeamento da rede de ofertas, que exigirá um horizonte plurianual, deve ser suportado em informação e conhecimento sobre as dinâmicas demográficas, de oferta, procura e necessidades de qualificações, na informação e atuação sobre as condições e fatores de contexto, em cri-**



térios de qualidade da rede e das formações promovidas. A qualidade do planeamento é central para que o processo de concertação e de ajustamento da rede de ofertas ocorra no respeito pela capacidade instalada e desenvolvida e sem prejudicar os elementos de inovação nas ofertas de cursos.

Identificam-se, neste contexto de apostas, alguns **instrumentos centrais, de política, para o aumento da qualidade, consistência e coerência da rede regional de ofertas**, a saber: (i) a existência de orientações da tutela articuladas com o quadro de financiamento e com critérios que favoreçam a articulação entre os operadores da rede; (ii) o reforço da qualidade e a atualização dos referenciais; (iii) a operacionalização do sistema de garantia de qualidade do ensino profissional; (iv) a capacitação de professores, formadores e tutores na área das didáticas do ensino profissional; (v) A monitorização e comunicação de desempenhos, resultados e boas práticas.

DIMENSÃO OFERTA FORMATIVA

Consolidar as ofertas associadas às fileiras que predominam na economia regional, diversificando o leque de cursos em resposta a desafios de inovação e/ ou áreas de maior procura, atual e potencial, de profissionais;

Impulsionar a diversificação e/ ou valor acrescentado da economia regional, com **apostas na oferta de qualificações nas áreas da economia do mar, da saúde e bem estar, das tecnologias da saúde, do apoio social, da transformação alimentar e da agricultura, da comunicação digital e, paralelamente com investimento estruturado na oferta e organização de qualificações em áreas suporte de diferentes fileiras**, como é o caso da manutenção, da mecânica, da eletricidade, da eletrónica, da mecatrónica e da informática.

Desenvolver **nichos de qualificações diferenciadoras** (ex: artes, artesanato, recuperação de património) e **polos de competência** nalgumas áreas mais consumidoras de recursos ou exigentes, mobilizando empregadores, municípios e escolas e promovendo a partilha de recursos.

Promover a qualidade das aprendizagens, a consistência dos perfis de saída, o sucesso escolar e o desenvolvimento de competências, através da adoção dos **referenciais organizados em resultados de aprendizagem**.

V.2. DESAFIOS E PROPOSTAS NA TURISMO, HOTELARIA E RESTAURAÇÃO

Considerando o aprofundamento setorial realizado no âmbito do Estudo, especificam-se algumas orientações para o planeamento da rede de ofertas nas áreas da Turismo, Hotelaria e Restauração

DIMENSÃO POLÍTICA

Desenvolvimento do exercício de planeamento e concertação da rede regional de ofertas incorporando as dimensões analisadas e respetivas conclusões partilhadas no âmbito deste Estudo.

Organização e disponibilização de **estímulos aos empregadores** que colaborem de forma ativa com as escolas, através da criação de elementos distintivos (selo a atribuir pelo Turismo do Algarve, AMAL, Associação Empresarial, ...).

Organização, a nível regional, de **ações e/ ou apoios à formação dos tutores** em contexto de trabalho das empresas das fileiras da Turismo, Hotelaria e Restauração .

Revisão e harmonização das práticas de estágio, entre operadores, através da produção de orientações estratégicas, procedimentos comuns e instrumentos de monitorização.

DIMENSÃO ORGANIZATIVA E OPERACIONAL

Aumentar progressivamente a oferta formativa nos domínios profissionais tradicionais de aposta (Cozinha, Restaurante/Bar, Receção), combinando com variantes opcionais que permitam uma resposta mais adequada às necessidades da região e aos produtos turísticos consolidados e em desenvolvimento (por exemplo, Cozinha, com variantes em Gastronomia regional, Cozinha Internacional, Cozinha Alternativa –Vegan, Biológica, ...; Restaurante/Bar com especialização de Escanção; Receção, com variante de Receção de Campos de Golfe ou Receção de Centros de Estética e Bem-Estar);

Aumentar a oferta formativa em domínios profissionais ainda pouco explorados mas com potencial como Andares/Alojamento, Operações Turísticas com variantes opcionais de Desenho de Programas Turísticos, Orga-



nização da Oferta Turística e Organização de Eventos Turísticos, Turismo Cultural e de Património, Turismo de Ar Livre, Turismo Náutico.

Definição de critérios mínimos, para utilização por parte dos diferentes operadores da rede, relacionados com a capacidade instalada das escolas para o desenvolvimento dos cursos de Turismo, Hotelaria e Restauração (recursos humanos, recursos materiais, práticas pedagógicas, práticas de estágios, atuação em rede).

Constituição de **polos de competência de oferta formados por comunidade educativa, empresas, entidades/associações locais** (exemplo: Polo do Turismo Cultural e Náutico envolvendo as escolas de Lagos, empresas do turismo náutico, Associação Cultural de Lagos, Município, ...).

Adoção progressiva e generalizada dos novos referenciais baseados em Resultados de Aprendizagem³ para os cursos de Turismo, Hotelaria e Restauração, cujo desenho e conteúdo permite:

Uma maior adequação às necessidades atuais e previsíveis do mercado de trabalho, do setor e da região;

Maior facilitação do trabalho pedagógico dos professores e formadores na medida em que estão definidos os resultados esperados em termos de realizações profissionais e respetivos critérios de avaliação;

Maior garantia de uniformização dos resultados alcançados no final do processo formativo;

Maior transparência e qualidade nas qualificações produzidas na medida em que todas as escolas da rede utilizam os mesmos referenciais;

Facilitação da comunicação entre escola e empregadores pela utilização de uma linguagem comum entre ambos (realizações/tarefas, desempenhos, competências, em vez de disciplinas e conteúdos temáticos).

Capacitação de formadores (2 formadores por escola) sobre a operacionalização dos referenciais em Resultados de Aprendizagem para posterior capacitação interna das equipas pedagógicas (coordenadores e professores) e capacitação/reciclagem dos professores dos grupos disciplinares sobre didática do ensino profissional

Notas

(1) Jovens NEET - jovens com idade entre 18-24 anos que não estão a estudar nem a trabalhar (Eurostat)

(2) Esta análise foi suportada numa matriz de correspondência entre profissões e qualificações intermédias, disponibilizada pela ANQEP, I.P. Com o objetivo de facilitar a análise e a partilha da informação, e considerando a existência de várias qualificações com denominadores comuns (competências chave e associadas a saídas profissionais inseridas numa mesma área funcional), a equipa técnica do estudo procedeu a uma agregação das qualificações/ cursos em domínios técnico-profissionais.

(3) A utilização de uma abordagem de qualificações baseadas em resultados de aprendizagem constitui uma temática que tem vindo a ganhar terreno na Europa ultrapassando as abordagens que se centram na duração, nos conteúdos e nos métodos de ensino para desenhar qualificações e passando a focar-se no aprendiz e na qualidade das suas aprendizagens. Ou seja, o foco da aprendizagem passa a estar centrado nos resultados, do que se aprende, i.e. naquilo que “um aprendiz sabe, compreende e é capaz de realizar aquando da conclusão de um processo de aprendizagem” (European Parliament and the Council, 2008). Esta abordagem tem vindo a tornar-se a base de referenciais de educação e formação profissional, de currículos, de critérios de avaliação, de descritores de qualificações e de descritores de nível nos quadros nacionais de qualificações.



